# MUDANÇA E VARIAÇÃO EM PORTUGUÊS: A EXPRESSÃO DO OBJECTO INDIRECTO<sup>1</sup>

-Ana Maria Brito<sup>2</sup> Universidade do Porto

#### Resumo:

Neste texto analiso algumas mudanças ocorridas em três variantes não europeias do Português, o Português Angolano (PA), o Português Moçambicano (PM) e o Português Brasileiro (PB), relacionadas com a expressão do Objecto Indirecto, e comparo-as com o Português Europeu (PE). A partir de vários dados, verificamos que estas variantes estão a perder o caso dativo, mas em direcções diferentes. Embora se use o pronome lhe e a preposição a por vezes de modo aparentemente abusivo, o PM e o PA estão a perder o dativo e empregam duas estratégias distintas: enquanto o PM usa a Construção de Duplo Objecto, no PA o objecto indirecto é muitas vezes introduzido pela preposição em. O Português Brasileiro (PB) exibe variação na expressão do Objecto Indirecto, mas a maneira mais representativa de expressar o beneficiário é através do uso da preposição para, embora falantes com escolarização continuem a usar a preposição a, sobretudo como expressão de origem. Mostro que a escolha das preposições tem uma explicação: em e para, no PA e no PB, respectivamente, são as mesmas preposições que estão a introduzir o complemento de verbos de movimento, o que indica que as três preposições, a, no Português Europeu, para e em (esta última normalmente considerada preposição locativa) exprimem o limite concreto ou abstracto de uma trajectória, sempre que combinados com verbos que tenham alguma componente de direccionalidade.

#### palayras-chave:

objecto indirecto, dativo, mudança, variação, trajectória

#### ABSTracT:

In this text I analyse the expression of the Indirect Object in non-European varieties of Portuguese; from several data, we can verify that these varieties are losing the dative case, although in different directions. Angola and Mozambique Portuguese (AP, MP) are losing the expression of the dative, although they go on using the pronoun lhe and the preposition a in an apparently abusive way. But they differ in several aspects: while MP is using the Double Object Construction, in AP the indirect object is often introduced by the preposition em. Brazilian Portuguese (BP) exhibits a certain variation in the expression of the indirect object, but the most representative way to express the beneficiary IO is the use of the preposition para, although it is still possible, for speakers with long-term schoolarization, to use the preposition a as a case dative marker for the expression of source. We show that the choice of prepositions that are replacing a in non-European varieties of Portuguese has an explanation: em and para, that are introducing the IO in AP and BP, respectively, are in fact the same prepositions that may introduce the complements of motion verbs in both varieties, which indicates that the three prepositions - a, para and even em, generally considered a locative preposition - mean the limit of a concrete or an abstract path when combined with verbs that have some component of directionality.

#### **Keywords:**

indirect object, dative, change, variation, path

Um dos aspectos mais fascinantes das línguas naturais é a sua natureza, aparentemente contraditória, de estabilidade e de mudança. A língua portuguesa e as suas variantes não europeias, nascidas de factores diversos, dos quais sobressai o contacto de línguas a que o Português tem estado exposto desde o século XV e XVI em vários pontos do mundo, são um exemplo muito forte desta dupla tendência.

Neste texto, proponho-me analisar algumas mudanças ocorridas em três variantes não europeias do Português, o Português Angolano (PA), o Português Moçambicano (PM) e o Por-

tuguês Brasileiro (PB), relacionadas com a expressão do Objeto Indirecto, e compara-las com o Português Europeu (PE). Através deste fenómeno, irei mostrar que tais alterações foram possíveis pela intervenção de factores externos e internos, especificamente linguísticos, que atuam de acordo com princípios universais e parâmetros gramaticais, mas que, apesar disso, é possível descortinar constantes semânticas, entre elas a noção de trajectória<sup>3</sup>, abstracta ou concreta, que parece estar em causa com verbos de movimento e de transferência de posse e para as quais as línguas encontram sempre meios de expressão.

### 1. Algumas observações sobre o Português Europeu

Como resultado de um longo processo evolutivo a partir do Latim, o Português, língua que dá os primeiros sinais de individualidade no léxico a partir do século VI, mas que só se estabiliza entre os séculos XII e XVI, perde a flexão casual nos sintagmas nominais, sendo as funções sintácticas desses constituintes na frase dadas pela ordem de palavras, pelos artigos e pela presença de preposições. Por outro lado, o Português, à maneira do Latim e das outras línguas românicas, desenvolve um sistema rico de pronomes pessoais: há formas nominativas (eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas) para o Sujeito (SU); formas acusativas (me, te, o, a, nos, vos, os, as) para o Objecto Directo (OD); dativas (lhe, lhes) para a 3a pessoa do Objecto Indirecto (OI), sendo as formas me, te, nos, vos comuns a OD e a OI; e formas oblíguas (OBL), que são expressas por formas fortes de pronomes precedidas de preposições (mim, ti, ele, ela, si, nós, vós, eles, elas, a que se acrescentam formas contraídas comigo, contigo, consigo, connosco, convosco). Como os exemplos já mostram, o PE tem ainda a distinção entre formas clíticas e não clíticas.4

Em relação ao OI, além de ser expresso pelos pronomes já apresentados, o Português tem a possibilidade de o realizar através de um SPREP com a preposição a, preposição que deriva do Latim ad, embora aí com outros valores; em (1) a (4) estão ilustradas as diversas possibilidades de expressão do OI com

(1) A Maria deu um livro ao João.

bro do clítico<sup>5</sup>, como em (4):<sup>6</sup>

- (2) A Maria deu ao João um livro.
- (3) A Maria deu-lhe um livro.
- (4) A Maria deu-lhe um livro a ele.

No Português Medieval já era clara a distinção entre OD e OI, não só quanto ao uso de *a*, mas também quanto ao sistema pronominal e, por isso, não existia a chamada Construção de Duplo Objecto (5), que encontramos em línguas como o Inglês, como em (6), e de que vamos falar mais adiante:

um V ditransitivo como dar, incluindo a possibilidade de redo-

- (5) \* A Maria deu o João um livro.
- (6) Mary gave John a book.

A este propósito, Epifânio da Silva Dias refere que era possível a expressão *querer bem uma pessoa*, sem preposição, como em (7):

(7) "queredes grã ben / outra mulher" (Vat., 530) (Silva Dias 1970: 110). Contudo, bem tanto pode ser aqui um N como um advérbio e, por outro lado, a preposição a pode aqui faltar simplesmente por hesitação ortográfica. Quer dizer, apesar da existência de exemplos como (7), o Português Medieval não tem a Construção de Duplo Objecto.

Embora homófona da preposição de movimento e de direcção a, como em exemplos como (8):

- (8) ir a Lisboa; ir ao mercado a preposição dativa a é um morfema específico em Português (Cunha & Cintra 1984: 558). A agramaticalidade de (9) como expressão de dativo mostra que a preposição de movimento a só é possível com nomes locativos, enquanto a preposição dativa a pode usar-se com nomes humanos e animados, como nos exemplos acima apresentados.
  - (9) \* A Maria enviou um livro a Lisboa.

O exemplo (9) pode ser gramatical se *a Lisboa* significar, por extensão, por exemplo "o Governo", mas, nessas circunstâncias, *a* é de novo um marcador de OI e não uma preposição locativa.

Quando observamos o uso de preposições em textos medievais, notamos que a e também para e em já são claramente produtivas e com valores bem definidos: a, para além de preposição de OI, como em (10), exprime a direção, como em (11); em usa-se quer com sentido locativo (12a) quer com sentido de destino com verbos como entrar (12b); e finalmente pêra, para, exprimem destino, com verbos como ir, tornar, enviar (13) (cf. Mattos e Silva 1989: 563, 599, 627-8):

- (10) Dava-o aos pobres.
- (11) Mandou-se levar (...) aa eigreija.
- (12) (a) Jazia en seu leito coitada.
  - (b) Quando todos entramos na eigreja.
- (13)(a) Querendo-se ir aqueles godos *pera* a cidade de Ravena.

>>

- (b) E o monge se tornou pera sa cela.
- (c) Enviaron-no pera Roma.8

Estes dados permitem concluir que, quando se inicia a aventura expansionista portuguesa dos séculos XV e XVI, a língua portuguesa é já uma língua com um sistema pronominal rico, com preposições variadas, em que se destaca a preposição a e que esta preposição no Português Medieval é já um item lexical ambíguo, pois nele se condensam valores semânticos de beneficiário e de direcção, sendo expressão tanto do caso dativo como do caso oblíquo.

Como afirma Mota (2008: 9-10), "o Português central falado hoje é o descendente da variedade centro/sul de Portugal, estabelecido ao longo dos séculos XV e XVI (português médio) e transportado para fora da Europa durante o período expansionista. (...) a esta variante central, exportada inicialmente, vieram depois juntar-se, nos territórios colonizados pelos portugueses, traços dialectais através dos imigrantes portugueses falando variedades não centrais" [minha tradução]. A esses factores vai juntar-se o contacto com muitas outras línguas, tipologicamente muito distintas: em África, as línguas Bantu, na América, as línguas índias (estas por força dos movimentos de escravos) e na Ásia as línguas faladas na China, Japão e Índia.

32>33

Analisemos então brevemente a situação linguística de Angola, de Moçambique e do Brasil, de modo a enquadrar algumas das propriedades que as caracterizam.

## 2. A situação linguística em Angola, Moçambique e Brasil

Em Angola, aliás como em Moçambique, a língua portuguesa não teve divulgação maciça antes dos finais do século XIX, porque a colonização portuguesa foi tardia; nas regiões do interior a língua teve uma presença relativamente pobre. Quer num quer noutro país, a colonização só se verifica verdadeiramente a partir do final do século XIX.

Em Angola a língua portuguesa tem estado em contacto com várias línguas Bantu, das quais as mais representativas são o Kikongo, o Cokwe, o Umbundu, o Kimbundu, e o Ovakwanyama; numa zona pequena, a sudoeste, são faladas línguas do grupo Koisan. Cerca de 80% da população tem uma destas línguas como L1.

Como resultado do abandono em matéria de política linguística por parte da potência colonizadora, de uma guerra colonial e de uma guerra civil, o país é hoje multilingue, sendo o Português, língua oficial do país, falado por menos de 20% da população como língua segunda (L2), numa população estimada em 2007 em 17 milhões de habitantes, 36% dos quais concentrados nas cidades (Inverno 2005: 1).

Como resultado desta situação, o Português Angolano Vernacular, criado em situação de contacto de línguas, apresenta mudanças consideráveis em relação ao PE, sobretudo em quatro zonas gramaticais: os mecanismos da concordância, a expressão da posse, a ordem de palavras, o sistema pronominal (Inverno 2005: 141-2; Chavagne 2005: 209-10, 227-9, 254-6).

Há uma tendência geral de transitivização de verbos intransitivos, como em (14), e de perda de preposições, como a preposição a, como em (15) $^9$ :

(14) desrespeitava a própria mãe que lhe nascera. (Chavagne 2005: 209)

(15) Quando falo em gente, refiro-me gente angolana. (Chavagne 2005: 254)

Em aparente contradição com isto, notamos certos usos "excepcionais" de *a* com expressões não dativas, como em (16), e o uso de *lhe*, *lhes*, como objecto directo de verbos transitivos, como em (17) e ainda em (14), com *lhe* com um V inacusativo:

- (16) quase temos uma boa colaboração ao Ministério da Saúde. (Chavagne 2005: 226)
- (17) É uma sigla porque lemos-lhe letra por letra. (Inverno 2005: 141)

Outra tendência do PA é o uso generalizado da preposição *em* com verbos de movimento como *chegar*, *vir*, *ir*, como em (18):

- (18)(a) Ela foi no mercado.
  - (b) Ela chegou em casa.

Ora é precisamente esta preposição que frequentemente é o marcador do OI, em substituição de *a*, quer como verbos de 3 argumentos (*entregar*, *dar*) (19), quer como verbos de 2 argumentos (*telefonar*, *explicar*), como em (20) (Chavagne 2005: 224-5):

- (19)(a) Daí eles entregarem numa moça
  - (b) deu na mãe a outra metade
- (20)(a) telefonar na polícia
  - (b) explicar no povo.

Esta propriedade é muito interessante porque mostra que uma mesma preposição, *em*, está aqui a exprimir o beneficiário humano e a direção. Por outro lado, os exemplos revelam que o dativo está em perda no PA. No entanto, o princípio universalmente aceite de que as preposições, entre outros elementos, são atribuidoras de caso aos SN mantém-se aqui intacto.

Do ponto de vista semântico, podemos colocar como hipótese que a preposição em significa o limite final de uma trajectória, concreta ou abstracta (Brucart 2009) quando combinada com verbos de movimento (ir, chegar) ou quando combinada com verbos de transferência (dar, entregar), o que confirma a ideia de Gehrke (2007: 247), segundo a qual "os SPs locativos podem obter um sentido direccional se houver uma

34>35

componente de direccionalidade associada a certos verbos (...) e a leitura envolvida for a de objectivo" [minha tradução].¹º

Tal como em Angola, a língua portuguesa tem estado, em Moçambique, em contacto com as línguas Bantu, em número que alguns linguistas hesitam em contabilizar, pois pode ser de 13, com variantes, ou 20; as línguas Bantu são a L1 de grande maioria da população (estimada em 21 milhões de habitantes). O Português é a L1 de menos do que 5% da população e L2 de quase 40% da população, especialmente concentrada nas cidades.

Gonçalves (1990, 1996, 2002, 2004) estudou extensivamente esta variedade e todos os exemplos seguintes são retirados de obras suas. Como a autora indica, nesta variedade encontra-se, tal como no PA, uma grande tendência para a transitivização de verbos preposicionais (21), para as correspondentes passivas (22), para a Construção de Duplo Objecto, (23) e para passivas dativas (24):

- (21) Os bandos batiam sempre as pessoas (= nas pessoas)
- (22) ... Os alunos serem batidos!
- (23) Entregou o emissário as cartas (= ao emissário)
- (24) Os jovens são dados responsabilidades de família.

Tal como em PA, em aparente contradição com a transitivização dos verbos, notamos a inserção da preposição a antes de argumentos [+hum] com a função sintática de OD, como em (25) e (26):

- (25) A filha do Imperador amou ao João.
- (26) A natureza não pode dominar ao homem.

E também a inserção de *lhe* em contextos em que o acusativo seria esperado (27):

(27) O António tinha um padre que lhe educava.

Para explicar todos estes fenómenos, Gonçalves desenvolve uma análise segundo a qual o PM está a sofrer uma mudança paramétrica, de acordo com a qual os verbos, à semelhança do que se passa nas línguas maternas dos falantes, as línguas Bantu, têm a possibilidade de atribuir o caso objectivo a mais do que um argumento pela incorporação sistemática de

uma preposição nula no verbo. Descrevo em (28) e em (29), de forma muito simplificada, esse processo de incorporação:<sup>11</sup>

Segundo Gonçalves, este mecanismo explicaria três fenómenos: a legitimação de SNs por parte de verbos que em PE são preposicionais (21), a chamada Construção de Duplo Objecto (23) e as passivas dativas (24).

>>

Quanto à introdução da preposição a em exemplos como (25) e (26), Gonçalves (1996: 315) vê nisto "uma consequência da associação estabelecida pelos falantes moçambicanos entre este tipo de argumentos e os argumentos OI do PE, que são tipicamente [+ hum] e são regidos pela preposição a." De acordo com a mesma autora, a confirmar esta hipótese de unificação de OI [+hum] e de complementos OD está o uso de lhe em contextos como (27). Este lhe é marcado caso objectivo e esse caso é atribuído por um verbo através de uma preposição nula. 12

Quer dizer, a existência de preposições nulas incorporadas nos verbos e a associação entre certos argumentos verbais a argumentos [+ hum] da língua alvo, o Português, explicam vários fenómenos que estão a marcar a variante do PM e a distinguir esta variante do PE.

A emergência do PB tem dado azo a várias teorias, umas defendendo a hipótese de que esta variante se foi afastando a pouco e pouco a partir dos séculos XIX e XX do PE (Tarallo 1993), outras sustentando a ideia de que o impulso para o desenvolvimento do PB veio já marcado na própria deriva da língua de Portugal (Naro & Scherre 2007), outras defendendo a hipótese de transmissão linguística irregular (Luchesi 1998).

Não podendo discutir estas diferentes teorias, limitar-me-ei aqui a apresentar a explicação de Luchesi (1998). Do século XVI ao início do século XIX, o país é essencialmente rural; as cidades costeiras têm pouca densidade demográfica e são muito influenciadas pela cultura e pela língua portuguesa, perdurando essa influência até depois da independência. No interior do país, pelo contrário, a maior parte da população é formada por mão-de-obra escrava de origem africana; há grande mortalidade indígena e, por isso, a influência das línguas índias foi menor do que a influência afro-brasileira. Segundo Luchesi, a plantação da cana-de-açúcar, a extração de minérios e a lavoura do café poderão ter originado situações de pidgnização e crioulização na interlocução entre capatazes e escravos; este será então o antecedente histórico do PB substandard ou vernacular actual, onde ocorreram alterações gramaticais importantes.

Mas vai assistir-se a uma massiva imigração europeia e asiática no século XIX e a um surto de industrialização no início do século XX. Em meados do século XIX, após a independência, vamos assistir a manifestações de nacionalismo cultural e linguístico e à libertação de certos traços conservadores e europeizantes do Português; com a vulgarização do sistema público e a comunicação de massas, há tendência para o afrouxamento normativo do Português standard. Com o século XX, há deslocação massiva das populações para as cidades e, actualmente, o Brasil é um país marcadamente urbano, com estradas, comunicação de massas (televisão, rádio) e massificação do ensino primário (embora com uma rede pública precária). Como conse-

português substandard em direcção aos modelos da norma culta. Quer dizer, de acordo com esta hipótese unificadora, ao longo do século XX operaram duas tendências: 1 - uma tendência de afastamento do padrão normativo de matiz europeu para baixo; 2 - no português substandard uma mudança para cima, em direção ao padrão culto. Um fenómeno decisivo entre o final do século XIX e o início do século XX terá sido a entrada de 3 milhões de europeus e asiáticos que ingressam na sua maioria na base da pirâmide social brasileira, trabalhando no campo, mas que ascendem rapidamente na estrutura social, levando para a norma culta certas estruturas de matiz social baixo.

quência destes factores, houve uma tendência de mudança do

Como resultado de todos estes factores, o que temos é um país basicamente monolingue, embora muito heterogéneo linguisticamente, sendo essa heterogeneidade tanto a nível social como a nível geográfico e dialectal.

No princípio do século XXI, o Português é a língua materna de cerca de 190 milhões de habitantes, oscilando o Português entre uma norma padrão, descrita pelos gramáticos mas quase não falada por ninguém, uma norma culta que, como vimos acima, vem adoptando algumas propriedades da variante substandard, e a norma vernacular, falada pelas classes mais desfavorecidas. Por isso se torna tão difícil descrever o PB. De qualquer modo, e correndo o risco de alguma simplificação, podemos dizer que o PB é caracterizado, no plano sintáctico, essencialmente pela perda da ênclise, pelo empobrecimento da flexão verbal e do sistema pronominal, em particular pela perda dos clíticos o, a, os, as e do clítico demonstrativo o.

Em relação ao OI, há uma grande variação social e dialetal, mas a grande tendência é o uso da preposição para como expressão do beneficiário, quer com verbos de transferência concreta (dar, entregar), quer com verbos de transferência perceptual ou cognitiva (mostrar, ensinar, dizer) quer com verbos de transferência direccional (levar, trazer) (Gomes 2003); de acordo com Torres-Morais & Salles (2007: 3), a variação entre a e

para tende a ser menos frequente com o verbo dar como verbo leve, como em (30):

(30) Olha, um conselho que eu dou a você.

Apesar da pressão da escola, não há dúvida de que a preposição para (por vezes mesmo escrita pra, pro) seguida de SN ou seguida de um pronome oblíquo é a estratégia mais frequente para exprimir beneficiário e destino e a preposição a só se encontra em falantes com uma escolarização longa (Gomes 2003). Assim, os exemplos (31) - (33) são representativos da expressão do OI:

- (31) Conta essa história do seu avô de novo. Você já contou [-] pra ele?
- (32) Eu fui ganhar a chave de casa com dezanove anos. Eu conto [-] pra todo o mundo. (Duarte 1989: 22)
- (33) Eu ia explicar tudo para ela. (Ramos 1989: 91)

Berlinck, Torres-Morais & Cyrino (2006: 1), baseadas em investigação histórica, consideram que "the preposition para is rarely found in ditransitive constructions until the end of XIXth century. On the contrary, it can reach 93% of the data obtained from samples of spoken BP (BP dialects behave differently in using less or more para; nonetheless, the preposition para is always preferred in relation to the a variant). An inverse process affected dative clitics, leading to the picture we have in the XXth century (...)".

Em relação à Construção de Duplo Objecto, sem qualquer preposição, o processo não opera de forma generalizada, embora esteja presente nalguns dialectos: na Zona da Mata, Minas Gerais (Scher 1996), nalguns dialectos no Rio de Janeiro (Gomes 2003) no dialecto de Goiás (Salles, p.c.), principalmente em falantes de baixo nível de escolaridade, como no exemplo (34):

(34) Ele entregou o pai um livro.

Salles (p.c.) refere ainda exemplos como (35), em que o OI é um pronome:

- (35)(a) Desejo você um bom dia.
  - (b) Dei ele o recado.

(c) Mostrei ele o caminho.

Também na variedade Afro-brasileira falada em Helvécia, estudada por Luchesi (1998: 92), a Construção de Duplo Objecto está presente:

- (36)(a) Gente de tempo é assim, se eu dou o sinhor marcriação.
  - (b) Com remédio, comprava purgante, dava esses os purgante.

Como escreve Luchesi (1998) ao analisar este dialecto, "temos, portanto, a atestação de um processo de reestruturação gramatical, com um significativo paralelo com crioulos de base portuguesa (...), em um dialecto popular brasileiro que seguramente passou por um processo de transmissão linguística irregular durante o século passado (...)".

De facto, alguns crioulos de base lexical portuguesa têm também esta construção. No Crioulo da Guiné Bissau, no Angolar, falado em S. Tomé e Príncipe, e no Crioulo de Cabo Verde, a Construção de Duplo Objeto existe, como evidenciado nos seguintes exemplos (37a) e (38a) apresentados em Pina (2007) e que coexistem com uma construção preposicional em pa (37c, 38c):<sup>13</sup>

- (37)(a) N da mininu un dropis.
  - (b) \* N da un dropis a mininu.
  - (c) N da un dropis pa mininu.
- (38)(a) Na da rapazinhu un xukulati.
  - (b) \* N da xukulati rapazinhu.
- (39)(a) N manda un karta pa Mérka.
  - (b) \* N manda Mérka un carta.

Neste caso, e tal como defendi acima, há uma preposição nula que se incorpora no verbo, permitindo legitimar um SN beneficiário imediatamente a seguir ao verbo.

### 3. Conclusão

Como resultado da longa viagem feita pela língua portuguesa aquando da aventura expansionista, esta língua entrou em contacto com outras línguas. Esse contacto fez-se em países

muito distintos, do ponto de vista social e linguístico. No Brasil, como resultado de políticas linguísticas mais agressivas, o país tornou-se basicamente monolingue, enquanto os países africanos de língua oficial portuguesa se mantiveram como países multilingues. Quer numa circunstância quer noutra houve mudança e variação.

Nesta comunicação estudei a expressão do Objecto Indirecto em Português e os mecanismos de mudança em quatro países onde o Português é língua oficial; a análise permitiu perceber não só princípios comuns, universais, isto é, constantes formais e semânticas, mas também parâmetros de variação.

Uma das razões linguísticas da mudança operada nas variantes do Português deve-se ao facto de a preposição a não ser um único item, mas dois, um com valor de marcador de dativo, exprimindo um beneficiário, e outro com valor de direcção, marcador de caso oblíquo. Por esta razão, como tem sido defendido por Gonçalves (2002, 2004), estamos na presença de um item parcialmente defectivo e marcado por certa ambiguidade e é essa ambiguidade que está certamente na origem da mudança dos seus valores e na existência de outras preposições que entretanto estão a ocupar o seu lugar.

Enquanto o PE tem dativo e esse caso se realiza quer através de formas específicas pronominais (*lhe*, *lhes*) quer através da presença da preposição *a*, no PM, no PA e no PB vernaculares ou *substandard* o dativo está em perda, mas em direcções distintas.

No PM, a estratégia mais corrente é a chamada Construção de Duplo Objecto, com duplo caso objectivo, embora haja alguns casos de aparentes usos "abusivos" de a e lhe. Tudo isto parece relacionar-se com mudanças no sistema casual e com o fenómeno de incorporação de uma preposição nula em certos verbos.

No PA, embora também haja casos de usos aparentemente abusivos de a e lhe, a tendência geral é de perda do dativo e da preposição a a introduzir o OI; porém, o que encontramos mais frequentemente é o uso de em a introduzir o OI, uma preposição também usada com verbos de movimento.

No PB, embora o dativo possa ainda ser expresso por *a*, a estratégia mais comum é o uso de *para*, tendência que não parece poder ser desligada do empobrecimento do sistema de pronomes pessoais e da presença de preposições plenas nesta variante; a Construção de Duplo Objecto é apenas productiva nalguns dialectos e nalgumas variantes sociais.

Assim, quer no PE quer nas suas variantes não europeias, o PA, o PM e o PB, encontramos diferentes estratégias de expressão do Objecto Indirecto. Embora com variação interna, e ignorando por momentos a expressão através de pronomes pessoais e a Construção de Duplo Objecto do PM, podemos dizer que o PE privilegia o uso da preposição a, o PA a preposição em e o PB a preposição para. Não é por acaso que tal acontece. Na verdade, as preposições em causa podem exprimir transferência, direcção ou ponto de chegada e, por isso, embora de maneiras ligeiramente distintas, ao introduzirem constituintes com a interpretação de beneficiário e de destino, estão, na verdade, a indicar uma trajectória e o seu limite final. 4

[1] Este texto, apresentado no *Colóquio Internacional e Interdisciplinar "Deslocações criativas"*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 18 e 19 de Junho de 2010, é uma versão traduzida e alterada do meu texto Brito (2008b), referido na bibliografia. Agradeço aos organizadores o convite formulado, que aceitei com muito gosto, dado ter imediatamente associado a noção de "deslocação criativa" à viagem e à mudança da língua portuguesa no mundo. O colóquio decorreu algumas semanas depois do trágico falecimento do colega e amigo Paulo Eduardo Carvalho; dedico este texto, naturalmente, à sua memória.

[2] Enquanto membro do CLUP esta investigação foi subsidiada pelo FEDER / POCTI U0022/2003.

[3] Estou aqui a usar "trajectória" ("Path" em Inglês) no sentido de Talmy (1985), como o percurso seguido por uma figura ("Figure") relativamente a um fundo ou base ("Ground").

[4] Sobre a sintaxe do Objecto Indirecto em PE, ver Xavier (1989), Vilela (1992), Duarte (1987, 2003), Gonçalves (1990), Brito (2008a e b).

I5l Como é mostrado por Matos (2003: 832), contrariamente ao Espanhol, que facilmente admite nomes próprios e nomes comuns numa construção de redobro de clítico, em PE o redobro só acontece com pronomes pessoais fortes na posição básica: (i) Os professores oferecerem-lhes gelados a todos eles; versus (ii) \* Os professores oferecerem-lhe gelados ao João.

[6] O redobro do clítico dativo já estava presente no Português Medieval: (i) "aqueste mo contou a mim"; (ii) "pois mh'o a min disseron"; (iii) "quando me a mim tiravan" (Mattos e Silva 1989: 221, 229).

[7] Agradeço a Gianpaolo Salvi este comentário.

[8] Mattos e Silva (1989: 628), inspirada em Mattoso Câmara, esclarece que no *corpus* do Português Medieval analisado, *a* e *pera* alternam na expressão da direcção, mas *pera* indica mais "o ponto de chegada" e *a* "a direcção".

[9] Inverno (2005: 141) refere que o uso de ele, ela e lhe como objecto directo é atestado no Português Medieval mas que a presença destas formas no PA não pode ser interpretada como uma retenção de estruturas arcaicas, uma vez que o Português não se espalhou em Angola antes da colonização efectiva do território, isto é, no final do século XIX e princípio do século XX, no caso de Lunda Norte e em grande parte do interior de Angola.

[10] Ir e chegar não são, no entanto, verbos iguais do ponto de vista semântico. Ao analisar o Português falado em São Tomé, Gonçalves, R. (2010), mostra que chegar é um verbo télico e a preposição em, que está a impor-se com este verbo na variante do Português estudada, corrobora a noção de "finitude subjacente à descrição da situação"; por sua vez, ir é um verbo de movimento, contribuindo a preposição a com a qual este verbo preferencialmente se combina, para exprimir "maior dinamicidade ao movimento". Vemos uma vez mais que há razões para aproximar os verbos de transferência de posse e certos verbos de movimento usados com a preposição em, pois quer a expressão do alvo ou meta quer a expressão do OI representam o limite final da trajectória, favorecendo o carácter télico dos eventos descritos.

[11] Cf. Kayne (1984), segundo o qual a atribuição de caso se faz pela preposição nula por intermédio do verbo; Baker (1988), Gonçalves, P. (1990) para o Português de Moçambique, Fiéis & Pratas (2006) para o Crioulo de Cabo Verde, propõem que uma preposição nula se incorpora ao verbo e o resultado V+P atribui caso objectivo ao primeiro SN, explicando a CDO. Na literatura há outras explicações para esta construção; ver as referências bibliográficas em Brito (2008a e 2008b).

[12] Em termos de aquisição do PM por parte dos falantes nativos de Línguas Bantu, o que acontece é que, de acordo com Gonçalves, P. "(...) in the L2 acquisition of Portuguese by L1 speakers of Bantu Languages, the lexical items used in the Case assignment of IO arguments are ambiguous since (...) in these languages the verbs set a different parameter value. As a consequence, analysed from the perspective of Bantu Languages parameter settings, the EP data could suggest that IO arguments can be realized as a simple argument – the dative clitic *lhe* – and that the preposition can therefore disappear. Thus, these data seem to show that the presence of the preposition is not indispensable to the grammaticality of these sentences or, to be more exact, the input triggers the possibility of preposition incorporation by the verbs, where P is invisible because it is incorporated (...)" (Goncalves 2002: 336).

[13] Como os exemplos evidenciam, a Construção de Duplo Objecto só se dá na ordem: SN beneficiário + SN objecto (ver a agramaticalidade de (37b, 38b) e nunca opera com um inanimado, como em (39b). A explicação para esta ordem reside precisamente na incorporação de uma preposição nula no V, como já referido anteriormente, exigindo tal incorporação adjacência absoluta.

[14] Ver de novo a este propósito as notas 8 e 10, em que se mostra que os valores de a, em e para não são absolutamente idênticos do ponto de vista semântico.

## BIBLIOGRAFIA 🛬

Baker, M. (1988), Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing. Chicago, The University of Chicago Press.

Berlinck, R. / Torres-Morais, A. / Cyrino, S. (2006), "On the change in double object constructions in Brazilian Portuguese", acessível em http://www.ling.upenn.edu/NWAV/abstracts/nwav36\_berlinck\_torres\_cyrino.pdf

Brito, A. M. (2008a), "Construções de Objecto Indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativa-constructivista", in Coutinho, A. / Fiéis, A. (orgs.) Textos seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, Colibri: 141-159.

-- (2008b), "Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese Indirect Object", *Phrasis*, 49, 2: 31-58.

Brucart, J. M. (2009), "La alternancia ser / estar y las construcciones atributivas de localización". In ENCUENTROGG. V Encuentro de Gramática Generativa, 29-31 de Julio de 2009, org. da COMISIÓN ORGANIZADORA DEL VEGG, Facultad de Lenguas - Universidad Nacional del Comahue, General Roca, Río Negro, Argentina, CDRom: 115-152.

Chavagne, J.P. (2005), *La Langue Portugaise d'Angola*. Diss. de Doutoramento, Univ. Lumière Lyon 2.

Cunha, C. / Cintra, L. F. (1984), Nova Gramática do Português Contemporâneo, Lisboa, J. Sá da Costa.

Duarte, I. (1987), A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento, Diss. de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

-- (2003), "Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras", in Mateus, M. H. et al., Gramática da Língua Portuguesa, Lisboa, Caminho, 5ª ed.: 275-321.

Duarte, M. E. L. (1989), "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil", in Tarallo, F. (org.), Fotografias Sociolingüísticas, Campinas, Pontes Editores, Editora da Universidade Estadual de Campinas: 19-34.

Fiéis, A. / F. Prata (2006), "Construções de duplo objecto não derivam de ditransitivas com preposição: evidência do Caboverdiano", in Oliveira, F. / Barbosa, J. (orgs.), XXI Encontro Nacional da Associação

>>

Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados, Lisboa, APL, Colibri: 387-396.

Gehrke, B. (2007), "Putting path in place", in Puig-Waldmüller (org.), Proceedings of Sinn und Bedeutung, 11, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra: 244-260.

Gomes, C. A. (2003), "Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro", in Paiva, M. C. / Duarte, M. E. L. (orgs.), Mudança Linguística em Tempo Real, Rio de Janeiro, FAPERJ, Contra Capa: 81-96.

Gonçalves, P. (1990), A Construção de uma Gramática do Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

- -- (1996), "Aspectos da Sintaxe do Português Moçambicano", in Faria, I.H. et alii (orgs.), Introdução à Linguística Geral e Portuguesa, Lisboa, Lisboa: 313-322.
- -- (2002), "The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambique African Portuguese", Second Language Research, 18. 4: 325-347.
- -- (2004), "Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: Arguments from the genesis of Mozambique African Portuguese", *Journal of Pidgins and Creole Languages*, 19. 2: 225-259.

Gonçalves, R. (2010), "A preposição a no português oral de S. Tomé", in Brito, A.M./ F. Silva/ J. Veloso / A. Fiéis (orgs.), Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, APL: 475-486.

Inverno, L. (2005), Angola's transition to Vernacular Portuguese, Diss. de Mestrado em Linguística Descritiva, Coimbra, FLUC.

Kayne, R. (1984), Connectedness and Binary Branching, Dordrecht, Foris.

Luchesi, D. (1998), "A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular", in Grosse, S. / Zimmermann, K. (orgs.) "Substandard" e mudança no português do Brasil, Frankfurt am Main, TFM: 73-99.

Mateus, M. H. et al. (2003), Gramática da Língua Portuguesa, 6ª ed., Lisboa, Caminho.

Mattos e Silva, V. (1989), Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico, Imprensa Nacional, Lisboa, Casa da Moeda.

Mota, Antónia (2008), "Variation linguistique en portugais et contact de langues", *Phrasis*, 49, 2: 9-39.

Pina, E. (2006), Aspectos da Estrutura da Frase e da Negação Frásica no Cabo-Verdiano (Variante de Santiago) e no Português Europeu - um estudo sintáctico comparativo, Diss. de Mestrado em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ramos, J. (1989), "O emprego de preposições no Português do Brasil", in Tarallo, F. (org.), Fotografias Sociolingüísticas, Campinas, Pontes Editores, Editora da Universidade Estadual de Campinas: 83-93.

Scher, A. P. (1996), As construções com dois complementos no Inglês e no Português do Brasil, Diss. de Mestrado, UNICAMP.

Naro, A. J. / Scherre, M. M. P. (2007), Origens do português brasileiro. São Paulo, Parábola Editorial.

Silva Dias, A. E. (1970), *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 5<sup>a</sup> edição.

Talmy, L. (1985), Lexicalization patterns. Semantic structure in lexical form, in T. Shopen (org.), Language typology and syntactic description, Vol. 3. Cambridge, CUP: 36-149.

Tarallo, F. (1993), "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX", in Roberts, I. & M. Kato (orgs.), *Português Barsileiro: uma viagem diacrónica*, Campinas, Ed. da Unicamp.

Torres-Morais, A. / Salles, H. M. (2007), "Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese", LSRL 37, University of Pittsburgh, March 15th – 18th 2007.

Vilela, M. (1992), Gramática de Valências. Teoria e aplicação, Coimbra, Almedina.

Xavier, M. F. (1989), Argumentos Preposicionados em Construções Verbais. Um estudo contrastivo das preposições a, de e to, from, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.